

CICLOFAIXA

Promotoria quer saber se houve estudo prévio para implantação

Prefeitura tem prazo até dia 2 de fevereiro para mostrar que obra está de acordo com a legislação

MONTENEGRO – A ciclofaixa que ocupa o eixo central da Rua Capitão Cruz, no centro de Montenegro, se tornou no assunto mais comentado na cidade na última semana. Uma iniciativa do Prefeito Paulo Azeredo que levou o coronel Edar Borges Machado a pedir exoneração, por discordar da obra. Veículos de imprensa de Porto Alegre e Vale do Sinos foram até cidade cobrir a situação de discórdia. Na última quarta-feira dois vereadores pediram ao MP que interceda contra a implantação da faixa para ciclistas, e o Ministério Público já fez vários questionamentos à Prefeitura, que tem até 02 de fevereiro para responder.

Os vereadores Marcio Müller

Via especial para bicicleta vai parar na Justiça

(PTB – presidente da Câmara) e Renato Kranz (PMDB) enviaram ao Ministério Público uma representação contra a instalação da ciclofaixa. No documento, os vereadores argumentam que a obra não tem o aval do Conselho Municipal de Trânsito. Os reclamantes citam ainda o pedido de exoneração de Edar Borges, frisando

que o mesmo é especialista em trânsito. Além disso, Müller e Kranz destacam que nos cruzamentos não há sinalização indicativa para pedestres, ciclistas e automóveis. "Há uma disputa de espaço no local entre ônibus, caminhões, automóveis, pedestres e agora bicicletas", ressaltam no documento, qualificando a ciclofaixa

como "corredor da morte".

Dez dias

A promotoria especializada de Montenegro encaminhou ofício à Administração solicitando várias informações a respeito da implantação da ciclofaixa, para as quais a Prefeitura tem dez dias para responder. O prazo encerra dia 02 de fevereiro. Entre os questionamentos do MP estão a comprovação de que houve análise do Conselho Municipal de Trânsito (Edar diz que não tem), ARTs dos responsáveis técnicos (o ex-diretor afirma

que não há projeto), cópias dos estudos de viabilidade (coronel diz que não foram feitos) e comprovação da realização de audiências e consulta públicas sobre a obra.

Se até o final do prazo a Prefeitura não mandar os documentos, ou mandar incompletos, a promotoria vai decidir se ajuíza ação ou reitera o ofício. Se todos os documentos forem apresentados, a representante do MP fará a análise da situação, conforme solicitação dos vereadores.

jb.cardoso@fatonovo.com.br



PROMOÇÃO DA SEMANA